

UMA PÁTERA ENVOLTA EM MISTÉRIO? A MYSTERIOUS ROMAN PATERA?

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO*

RESUMO

Analisa-se a problemática em torno da proveniência da pátera com a figura de um guerreiro (CIL II 2373). Propõe-se que, atendendo ao ambiente desses meados do século XIX e tendo em conta o comércio de antiguidades romanas que a descoberta de Pompeia veio favorecer, a pátera terá vindo de Roma ou de Pompeia. Quanto à epígrafe, retoma-se a leitura considerada a mais óbvia, subentendendo-se o nome da divindade (Marte), por estar devidamente representada. O dedicante é um liberto que se identifica segundo as normas, sendo incomum o seu *cognomen* etimologicamente grego, *Saurus*.

Palavras-chave: século XIX, comércio de antiguidades, pátera, ouro, Marte.

ABSTRACT

The author explains the various interpretations of the text insert in one roman silver *patera*, where the god *Mars* is engraved (CIL II 2373). Face to the enthusiasm that the excavations in Pompei's site provoked, the archaeological artefacts' commerce was very important in this middle of XIXth century; so it's possible that this *patera* came from Rome or Pompei. It's a gift to roman *Mars* done by an *Cimber*'s freedman, *Sextus Arquius Saurus*.

Key words: XIXth century, antiquities' commerce, patera, or, *Mars*.

É dado como procedente de Alvarelhos (Trofa – *Hispania Citerior*) o fundo da assaz conhecida pátera argêntea (Museu Nacional de Arqueologia, nº de inventário Au 112 – Fig. 1), que ostenta, gravada, uma figura em traje de guerreiro e, à volta, um texto, claríssimo e de mui fácil leitura:

S ◻ ARQVI ◻ CIM L ◻ SAVR ◻ V ◻ S ◻ L ◻ M ◻

* Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Esse notável documento encontra-se, todavia, envolto em tal mistério que as interpretações surgidas ao longo dos tempos revelam excepcional riqueza e, até, alguma... imaginação!



Fig. 1. A pátera. Imagem retirada, com a devida vénia, do catálogo da exposição *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, p. 428. Centro de Documentação Fotográfica do IPM.

1. AS INTERPRETAÇÕES

Ora vejamos, em mui breves pinceladas, o que foi escrito:

1. Hübner (*Noticias*, p. 69) e CIL II 2373: *S(extus) Arqui(us) Cim[bri?] l(ibertus) Saur... v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)*. É plausível que o guerreiro represente o deus a quem era destinada a oferenda. Em CIL II 2373, explicita que fora «reperta ante aliquot annos» ('encontrada há alguns anos'); discorda de Mommsen que lhe propusera ver em *Saur...* o *cognomen*; aceita, porém, que se esteja perante um *Cimbri l(ibertus)* e recusa crer que «deesse posse in tali titulo» o nome da divindade; acrescenta: «In scuto signum est capiti bovino non dissimile» ('Há no escudo uma imagem que parece ser a da cabeça de um bovino').

2. C. A. Ferreira de Almeida (1969, 27-29): *Sextus Arquius Saurus*, liberto de *Cimbrus*; a divindade: Marte. Esta interpretação é considerada por Álvaro Moreira (1992, p. 17) «a mais plausível», por ser a que melhor se coaduna com as regras

epigráficas e porque se tratará, provavelmente, «de uma peça importada que dificilmente seria dedicada a uma pequena divindade do Noroeste peninsular».

3. ILER 5904 [1971]: «**Saur**, el nombre de un dios».

4. Em DIP (1975), seguiu-se a interpretação de Hübner e conjecturou-se que a divindade poderia ser **Saurium*, nome que se aparentou com hidrónimos como Soure, vocábulo que, além de topónimo, é nome de rio, e com o topónimo Ponte de Sor (era natural que a designação da ponte tivesse relação com o rio). Tovar, que na altura José d'Encarnação consultou, ainda pensou em o aparentar com Soria, baseando-se em Ptolemeu, mas considerou que, na verdade, «podría ser muy bien un hidrónimo».

5. Blázquez (1975, p. 166): «SAUR. Dios de carácter guerrero. [...] La lectura es muy dudosa; podría ser también el nombre del oferente, *Satur(nius)*, ya que parece haber un nexo de las últimas letras con otra».

6. Tranoy (1981, p. 314): «Dans la mesure où le personnage central est une interprétation assez classique de *Mars*, il est tout aussi logique de voir dans *Saur* le *cognomen* abrégé du dédicant, ce qui est conforme à la structure du texte et aux autres abréviations des noms de cet affranchi dont le patron n'est pas connu aussi que par la forme abrégée *Cim-*».

6. José Cardim Ribeiro (2002, p. 429):

S(egomoni vel Sagato) · ARQVI(us) · CIM(ini filius) · L(ucio) · SAVR(io) · V(otum) · S(olvit) · L(ibens) · M(erito)

«A *Segomo* (ou a *Sagatus*), *Arquius*, filho de *Cimin(i)us*, por *Lucius Saurius* o voto cumpriu de bom grado e com razão».

7. Redentor (2011, 2017): *S(acrum) · ARQVI(us) · CIM(ini?) L(ibertus) · SAVR(iensis?) · V(otum) · S(olvit) · L(ibens) · M(erito)*. «Consagrado [a *Mars*]. *Arquius*, liberto de *Ciminus* (?), *Sauriensis* (?), cumpriu o voto de bom grado e com razão. Defendida em 2011, a tese viria a ser publicada em 2017. A interpretação transcrita vem na ficha nº 355 do volume II; nas p. 313 a 315 do volume I, comenta Armando Redentor o conteúdo epigráfico desta pátera argêntea, cujo local de achamento especifica: na Quinta do Paiço, «na aba sudoeste do povoado fortificado de Alvarelhos», junto a Carriça,¹ e justifica a sua opção interpretativa. Na p. 313, esclarece, quanto ao ofertante, que se trata «de um liberto de alguém com aquele mesmo estatuto [peregrino], embora, é certo, possivelmente alheio ao Noroeste». Na p. 565, escreve que a pátera se «relaciona com o castro trofense de Alvarelhos».

8. A interpretação de Redentor é seguida por Raquel Gomes (2015, p. 360, e 2018), que insere esta entre as dedicatórias ao 'Marte romano', designação que

(1) A freguesia de Alvarelhos esteve administrativamente integrada no concelho de Santo Tirso (distrito do Porto). Passou, pela reforma de 2013, para o concelho de Trofa, constituindo a União das Freguesias de Alvarelhos e Guidões.

contrapõe a ‘Marte romano-indígena’. A propósito do adjectivo *Sauriensis*, aduz (p. 98), seguindo também Redentor, a opinião de F. Villar e Blanca Prósper, que lhe atribuem o radical **seu-*, cujo significado seria ‘espremer’, ‘obter líquido’, donde se poderia deduzir a possibilidade de ligação a hidrónimos – uma conclusão relacionável com aquela a que atrás se fez referência e a que se chegara por outro caminho.

9. Alicia Canto, em comunicação feita em Junho de 2016, no Museu Nacional de Arqueologia, a que ora aqui se alude com a devida vénia, pois está inédita, embora se lhe tenha acedido, em seu tempo, no *youtube*,² onde chegaram a estar inseridas todas as comunicações feitas nesse congresso internacional sobre “Arte e Religião na Lusitânia:

S(*acrum*) (Marti) · ARQVI(o) · CIM(*inito*) L(*ucius*) · SAVR(*ius*) · V(*otum*) · S(*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*).

«Consagrado a (Marte), el Defensor, el Alto. Lucio Saurio cumplió con gusto su promesa al que bien lo merece».

Subentende-se o teónimo, esclarece a investigadora, porque desnecessário: estava representado!

Este é, por conseguinte, elucidativo exemplo de como a tolerância científica deve ser a boa prática, no respeito pelas hipóteses de interpretação formuladas, tão diversas elas são. Um texto cujo significado era claríssimo para quem o redigiu, mas que, na sua simplicidade e mistério, acabou por suscitar o maior interesse.

Se há conclusão plausível a retirar do que se expôs? Vamos tentar!

2. REFLEXÕES PRELIMINARES

2.1. Recorde-se, desde logo, a descrição do monumento:

«Fundo de pátera, ostentando ao centro, em relevo, a figura de MARS – ou de uma divindade guerreira indígena sincretizada com este deus latino –, representado como um legionário. A legenda corre em redor, junto à orla do disco» (J. Cardim Ribeiro).

Álvaro Moreira esclarece, por seu turno, que a pátera, de prata, com «inscrição dourada» e 7 cm de diâmetro, foi «encontrada em 1861 em terrenos da Quinta do Paço»; e acrescenta:

«O guerreiro barbado tem elmo com penacho, veste túnica e *ocreae* e usa *caligae*. Na mão esquerda, repousando junto aos pés, segura um escudo oval; na mão direita, segura uma lança. Possível representação de Marte».

(2) Endereço a que se acedeu e que contém a totalidade da apresentação oral: https://www.youtube.com/watch?v=a2Ck9avteck&index=6&list=PLuIPKf01BBSJ-Xte6tWRiDqhN0-X8_ZCO

2.2. Resta-nos, pois, o fundo. Significa isso que lhe foi retirado todo o bordo em volta e também, possivelmente, o cabo. Vê-se bem que o corte foi irregular e que houve a clara intenção de apenas ficar a parte mais nobre do objecto; o bordo e o cabo poderiam perfeitamente ser fundidos e transformados; a imagem e as letras em ouro é que era uma pena estragar!...

2.3. A pátera é objecto ritual. Redentor incluiu-a no rol dos *instrumenta*; tem razão pela tipologia, poderá causar-nos estranheza, porém, essa classificação, porque não se trata de objecto de uso corrente, mas sim, neste caso, de oferta, em consequência de um voto.

2.4. A imagem do guerreiro, realmente em pose de Marte (Fig. 2), encontra um paralelo quase perfeito no desenho apresentado na fig. 4847 (p. 1622) do *Dictionnaire des Antiquités*, a reproduzir o baixo-relevo descoberto em Cartago e que se encontra no Museu de Alger: Marte entre Vénus e César (Fig. 3).

Esclarece F. Durrbach, o autor da entrada «Mars» no referido *Dictionnaire*, que, em vez do deus de corpo nu ou envergando clâmide singela, como era hábito entre os Gregos, «criação original da arte romana é o Marte barbudo, «casqué et cuirassé»; a mão direita levantada empunhava uma lança ou uma espada; a mão esquerda, abaixada, segura um grande escudo levantado, poisado no chão» (*ibidem*, p. 1623). Considera Durrbach que o protótipo desta representação é o *Mars Ultor*, do templo consagrado no fórum pelo imperador Augusto, a fim de comemorar a vitória, em 42 a. C., na batalha de Filipos.

Por conseguinte, balançando-nos entre ver aí a representação do dedicante e a da divindade, há que optar claramente pela da divindade, uma vez que, inclusive, não seria de bom augúrio oferecer à divindade a sua própria imagem e, ainda por cima, equiparando-se-lhe na figuração!...



Fig. 2. O personagem. Pormenor da fig. 1.



Fig. 3. Marte entre Vénus e César. Reprodução da fig. 4847 (p. 1622) do *Dictionnaire des Antiquités*.

3. REFLEXÕES SUBSEQUENTES

3.1 Metodologia

Ao fazer a pesquisa com vista ao esclarecimento de algumas das dúvidas que me tinham surgido e a que mais adiante se aludirá, encontrei, no texto de Gonçalo Pereira Rosa, a referência ao «axioma da navalha de Occam», também chamado «princípio da parcimónia», segundo o qual «a explicação mais simples para um problema é normalmente a correcta».

Atribui-se essa ideia ao filósofo inglês William de Ockham (1285-1347), que preconizou dever ser «cortada» – daí a metáfora da navalha! – a hipótese mais complicada a que se lançou mão para explicar um fenómeno, porque a explicação mais simples para um problema é, normalmente, a correcta.³ Contudo, a expressão latina que dele é normalmente citada – *entia non sunt multiplicanda praeter necessitatem*, ou seja, «as entidades não devem ser multiplicadas além da necessidade» – não se logrou encontrá-la na sua obra, mas sim afirmações semelhantes, que lhe granjearam, por isso, essa autoria.

(3) Sobre este princípio, poderá ler-se com proveito a obra de Elliott Sober, *Ockham's Razors*, que me foi sugerida pelo prezado colega e amigo António Martins, gentileza que muito agradeço.

Sucedee, porém, que a proposta não é nova, já Aristóteles o proclamara muitos séculos antes, ao afirmar que devemos assumir a superioridade da explicação que se utiliza de um número menor de postulados ou hipóteses, quando todos os outros elementos forem equivalentes (*ceteris paribus*):

«Sendo as premissas igualmente conhecidas, é mediante as menos numerosas que adquirimos mais rapidamente o conhecimento, sendo isto preferível» (*Organon IV*, 25, p. 90-91).

Esse princípio vai, pois, aqui adoptar-se.

3.2 O contexto cronológico

O texto de Gonçalo Pereira Rosa baseou-se no que Maria Teresa Caetano escrevera em 2017, cuja leitura acabou por despertar novas dúvidas em relação à pátera com a figura de Marte.

Na verdade, esses meados do século XIX foram auspiciosos para a Arqueologia portuguesa, mormente pelo interesse demonstrado pelo ilustrado rei D. Fernando II em relação às escavações em Tróia, à criação da Sociedade Archeologica Lusitana e ao incondicional apoio ao coleccionismo, sendo ele próprio um grande coleccionador de antiguidades.

Nesse espírito – que era, de resto, o da época, excitado pelo que de verdadeiramente extraordinário se estava a encontrar em Pompeia⁴ – navegavam muitos membros da nobreza e, até, burgueses endinheirados, que não hesitavam em fazer viagens para visitar sítios ilustres. O próprio duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), que nascera em Turim, sabe-se que foi ver as escavações em curso nas cidades de Herculano e de Pompeia. E foi grande, como se sabe, o entusiasmo em torno das descobertas em Tróia, uma vez que se antojava a possibilidade de aí poder vir a nascer uma «Pompeia portuguesa» (Fabião 2012, 86-93).

3.3 A Quinta do Paiço

Como se viu, a pátera sempre esteve ligada à Quinta do Paiço. No Portal do Arqueólogo, a Quinta do Paiço, «à Carriça», vem identificada como CNS 4398, e, no texto que se lhe refere⁵, cita-se, além da pátera, o miliário de Adriano, datado do ano 134, que estava «levantado sobre um muro de jardim junto às casas da quinta».

É Hübner quem por primeiro se refere à pátera (p. 69 das *Noticias Archeologicas de Portugal*), explicando logo que «Paiço» é «denominação popular de *paço* ou *palácio*» e pressupõe a referência «às ruínas de antigos edifícios». Hübner teve

(4) Como se sabe, há quem prefira a designação Pompeios, mais correcta, de facto, se atendermos a que o nome em latim é *Pompeii*.

(5) A necessitar de boa revisão, não só por estarem muito desactualizadas as referências bibliográficas mas, inclusive, por se chamar Mário a Martins Capella, por não se indicar a data do miliário e por se desconhecer a existência, numa das dependências da quinta, de mais um monumento epigráfico (Silva, 1980).

oportunidade de ver a peça, «graças à benevolência do seu possuidor, o sr. Domingos de Oliveira Maia, do Porto».

Em 1905, Leite de Vasconcelos dirá:

«A nossa pátera apareceu junto da Carriça [...] e foi adquirida há muitos anos por Aragão, que a cedeu, pouco tempo antes de falecer, a um negociante-antiquário de Paris, em cuja casa já em vão a procurei. Pena foi que Aragão deixasse sair de Portugal este precioso monumento arqueológico» (*Religiões da Lusitânia...* II p. 312).⁶

Trata-se do militar Augusto Carlos Teixeira de Aragão (1823-1903), também ele um entusiasta pelas antiguidades, considerado o «pai» da Numismática portuguesa.

Quanto a Domingos de Oliveira Maia (1798-1863), dispomos de minucioso relato acerca da sua actividade, nomeadamente atendendo ao seu «percurso de um riscador amador ou da responsabilidade técnica no Porto de meados de Oitocentos», para se usar a expressão de Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo Graça, o autor desse pormenorizado relato (2007), de que ora me sirvo, com a devida vénia, para realçar alguns significativos aspectos da sua biografia.

Assim, ficamos a saber que nasceu precisamente na casa da Quinta do Paiço, a 23 de Outubro de 1798, tendo vindo viver para o Porto, onde seus familiares (nomeadamente o tio Barnabé e o irmão Joaquim) se haviam notabilizado como militares, por exemplo na altura da 2ª invasão francesa, e como ricos comerciantes.⁷ Por isso, tal como o pai e os irmãos, recebeu Domingos de Oliveira Maya o título de Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, «nobilitação provavelmente facilitada pelos heróicos feitos» mencionados. Também por herança familiar, lhe chamaram *Comerciante*, epíteto que, devido à carga pejorativa que poderia ter, tudo fez para lhe ser retirado. Por isso, escreve o Dr. Manuel Graça que, «na realidade, mais certa seria a sua qualificação entre os ricos Proprietários e Capitalistas», quer por ter herdado da mãe a Quinta do Paiço, quer por ter comprado a antiga Casa dos Ferraz Bravo, na Rua das Flores, e mandado construir notáveis casas da cidade.

Em relação à casa da quinta, informa Manuel Graça que Domingos «reorganizou a propriedade, com o escambo de diversas terras», salientando (aspecto que se me afigura deveras sugestivo para a investigação em que estamos) que «esta Quinta servia já de “solar de família”, entendido como o lugar de origem de uma *gens*», de tal modo que «um sobrinho-neto de Oliveira Maya, Bernardo Pereira Leitão, viria a transformar a Casa, dando as ameias ao torreão e fechando a varanda, entre outras obras».

Há, todavia, um outro dado da sua biografia que interessa realçar: é que, informa Manuel Graça (art. cit., p. 323-325), com base na documentação que minuciosamente

(6) Corrija-se a distracção de A. Redentor (2017, II, p. 245): é Augusto e não Jorge Teixeira de Aragão; e a pátera não terá sido vendida, mas «cedida» (como afirma Leite de Vasconcelos).

(7) Agradeço também a Napoleão Ribeiro, do Setor da Cultura da Câmara Municipal da Trofa, as informações sobre a quinta e os seus proprietários, que amavelmente me prestou.

consultou, Domingos de Oliveira Maia, «durante a década de 1820, percorreu a Europa algumas vezes, deixando registadas as suas impressões em diários de viagem». «Em 1826, sabemo-lo por Paris, Nápoles, algures na Suíça – muito possivelmente em Genebra – e Londres. Finalmente, em 1828, juntou-se ao irmão Henrique, no exílio político deste último, sempre envolvido nos movimentos liberais e maçons do seu tempo. Visitou, então, o Reino Unido [...], a França [...], a Suíça [...] e a Itália (Milão, Monza, Brescia, Verona, Vicenza, Veneza, Ferrara, Bolonha, Florença, Roma). Na Cidade Eterna perde-se-lhe o rasto».

Recorde-se que Hübner esteve em sua casa do Porto, em 1861. Viu «a base de uma *patera* de prata» e teve conhecimento de duas «lápides sepulcrais de que o sr. Soromenho tirou cópias».⁸ Esses achados na Quinta do Paço, assim como o miliário da Carriça, levaram-no a afirmar: «Na vizinhança desse lugar devia ter havido alguma povoação, alguma rica habitação de campo ou um santuário, porque nos terrenos adjacentes têm aparecido várias antiguidades» (*Noticias...*, p. 69).

Hübner não esteve na Quinta do Paço e podemos presumir que estas informações lhe terão sido dadas pelo próprio Oliveira Maia. Na altura, já o miliário de Adriano (CIL II 4736) estaria colocado no muro do jardim da quinta.

3.4 Das premissas para a elaboração de uma hipótese

Em mui breve síntese, poderíamos aludir a alguns dados, porventura mais significativos, dedutíveis do que se acabou de escrever:

1. Estamos perante um objecto arqueológico precioso, em bom estado de conservação na sua parte mais valiosa, ou seja, o fundo, onde está a inscrição em letras de ouro e a imagem de um guerreiro. Todo o bordo foi cerceado e, caso tivesse cabo, o que é possível, também de prata, bordo e cabo foram retirados e destinados, mui presumivelmente, a serem fundidos para com o metal se fazerem novos artefactos.

2. A imagem obedece aos mais clássicos cânones da representação do deus Marte, imitando, por exemplo, *Mars Ultor*; a estátua mais célebre e solene desta divindade na Roma antiga.

3. Nada de concreto se diz acerca das circunstâncias do achado da peça, tendo-se partido do princípio de que o seu proprietário, dono como era de uma conhecida e afamada quinta de família, poderia ter dito a Hübner que ali a encontrara, uma vez que próximo se situavam as ruínas de um castro e até no muro da quinta se colocara um miliário achado nas redondezas. Houve também, na altura, a referência ao achado de duas epígrafes romanas, de que, no entanto, nada de concreto veio a saber-se depois.

(8) Não logrei identificar essas lápides copiadas por Augusto Soromenho; apenas do miliário de Adriano, se bem vi, é que no CIL II se cita Soromenho, em cujos apontamentos o miliário tinha o n.º 19. Hübner travara conhecimento com Augusto Soromenho, na Academia das Ciências de Lisboa, em 1858, referindo-se-lhe mui elogiosamente, inclusive por ter coligido em três fascículos 34 epígrafes que lhe facultou, nomeadamente da região de Braga (CIL II, p. 338). Apresenta-o como discípulo do *historiographus celeberrimus* Alexandre Herculano e considera-o *scriptor ipse mihi amicissimus*.

4. Para os membros da família, a Quinta do Paiço tinha grande significado, de tal modo, como o biógrafo de Oliveira Maia anota, que era considerada o «“solar de família”, entendido como o lugar de origem de uma *gens*». Não admira, pois, que o achamento, no seu termo, de valiosos objectos arqueológicos poderia contribuir eficazmente para lhe realçar o prestígio.

5. Foi Oliveira Maia um grande viajante, esteve em Roma e em Nápoles, embora não haja, informou-me o Dr. Manuel Graça, notícia de eventual visita a Pompeia, então muito em voga. Em todo o caso, não se terá ouvido da boca de Oliveira Maia, na conversa que poderá ter tido com Hübner, eventual referência à aquisição da pátera na Cidade Eterna ou em Pompeia. Aliás, não parece ter havido referências expressas ao local de achamento da pátera. Deve ter-se partido do pressuposto de que Oliveira Maia a trouxera da quinta ou ele próprio, para não criar qualquer suspeita, terá dado a entender que se encontrara por lá, circunstância assaz verosímil, dada a proximidade do castro de Alvarelhos – e o relacionamento, mui provavelmente, não deixará de ter sido feito, uma vez que o castro já era conhecido desde longa data⁹ e os achados, como José Ribeiro Fortes (1899) testemunha, nunca terão deixado de ocorrer, tendo alguns deles ido para a «esplêndida» Quinta do Paiço, «cujo domínio pertence actualmente ao Sr. Bernardo Leitão, da cidade do Porto». Também Fortes Júnior não faz qualquer referência ao achamento da pátera.

Recorde-se que o ambiente em Portugal, nessa época, dado o exemplo do rei D. Fernando II, era propício a viagens a Itália, donde, naturalmente, se trariam recordações, mormente aquelas que não pesassem na bagagem e detivessem significativo valor venal. Em Portugal e no Brasil, onde a imperatriz Teresa Cristina (1822-1889), Princesa de Nápoles e das duas Sicílias, mulher do imperador D. Pedro II (1825-1891), irmã do rei Ferdinando de Bourbon, que patrocinava as escavações em Pompeia, Herculano e Stabia, levava como dote de casamento, em 1843, uma pequena colecção de cerâmica grega. Muito estudiosa e apaixonada pela Arqueologia, foi com o marido no mínimo por três vezes à Itália, onde participaram e patrocinaram campanhas de escavações em casas de Pompeia, e recebia de seu irmão frequentes “mimos” arqueológicos novos aí encontrados. A Dra. Maricé Magalhães, a quem devo (e agradeço!) estas informações, refere que há mesmo fotos de arquivo que mostram D. Pedro II com Giuseppe Fiorelli (1823-1896), o arqueólogo a quem se deve a preservação de Pompeia.

Perdoe-se-me este parêntesis para acrescentar que fez bem Francisco Queirós em publicar (1985) a resposta dada por D. Pedro II ao rei D. Fernando II, por este lhe ter enviado um diário de viagens; trata-se, de facto, como Francisco Queirós salienta, de «um documento que vem confirmar a afinidade cultural e artística destas duas figuras» (p. 217).

6. Oliveira Maia, segundo amavelmente me informou o Dr. Manuel Graça, não deixou descendentes e o seu espólio ficou, pois, para uma irmã, aparentada com os Aragões, de Lamego. Deve ter sido por esse meio que a pátera chegou a Teixeira de

(9) Fortes Júnior cita a expressão de Carvalho Costa: «ruínas duma cidade antiga» (2ª edição da *Corographia...* 1868, I, p. 824).

Aragão e poderemos admirar-nos por este, tão interessado como sempre se revelou pelas antiguidades portuguesas, não tenha posto objecções à sua ‘cedência’ a um negociante-antiquário de Paris. Haverá, neste caso, razão para afirmar que, em vez de ‘cedência’, se deverá falar de ‘venda’. É que nos movimentamos – se movimentaram... – em ‘ambiente’ paralelo, o da compra e venda de antiguidades, que foge, naturalmente, aos mercados oficiais, visíveis. De resto, não será despidendo o facto de Leite de Vasconcelos, sempre tão solícito a dar informações precisas, tenha ido a Paris a casa desse antiquário («em cuja casa já em vão a procurei», escreve, como se viu) e o não tenha identificado e somente acrescente: «Pena foi que Aragão deixasse sair de Portugal este precioso monumento arqueológico». Não descansou, todavia, Leite de Vasconcelos, enquanto não soube o que se passava e, de acordo com a informação constante da ficha da peça no Museu Nacional de Arqueologia colhida no vol. X *d’O Archeologo Portuguez* (1905, p. 400), em Março de 1905 «recupera a pátera que se encontrava em casa de um arqueólogo de Madrid, oferecendo por ela o preço que ele tinha pago pela sua aquisição».

Tudo se passa, pois, em ambiente assaz nebuloso: não se sabe quem é o antiquário de Paris e também se omite a identificação do arqueólogo de Madrid, circunstâncias que são normais, como se sabe, no âmbito do comércio de antiguidades...¹⁰ E, voltando atrás, poderá perguntar-se se o «comerciante» Oliveira Maia – caso tivesse a certeza de que a pátera fora encontrada em terrenos de sua propriedade – não queria manter nela esse tesouro, como se mantivera o miliário e como, mais tarde, se guardou numa das dependências da quinta – o tal «solar de família»... –, uma epígrafe romana achada, em 1972, «numa bouça do lugar de Sobre Sá [...], servindo de padieira na entrada de uma mina de água» (Silva 1980, 84)... Seria verosímil?

7. Por conseguinte, que se poderá adiantar? Que, tendo em conta as anteriores premissas, não será arriscado admitir que a pátera possa ter vindo de Roma ou de Pompeia, eventualmente adquirida por Oliveira Maia no decorrer da viagem à Cidade Eterna e a Nápoles. Assim se justifica o bom estado de conservação, por um lado, e, por outro, o aproveitamento para fundição da parte do bordo e, eventualmente, do cabo. A peça ganhava em transportabilidade e não dava tanto nas vistas!...

Não seria, então, mui plausível que a pátera, pelo seu valor e representatividade, houvesse sido incluída num dos muitos *corpora* e/ou manuscritos da época? Não, porque tudo se terá passado fora dos percursos científicos... normais!

Constitui novidade a conclusão a que ora se chegou? Quiçá não. Que escreveu Álvaro Moreira? – tratar-se-á, provavelmente, «de uma peça importada que dificilmente seria dedicada a uma pequena divindade do Noroeste peninsular». E Armando Redentor? – Que o ofertante é «um liberto de alguém com aquele mesmo estatuto [peregrino], embora, é certo, possivelmente alheio ao Noroeste»!

(10) Ainda na actualidade, como sobejamente se reconhece, o mercado de preciosidades arqueológicas se mantém ‘obscuro’; e que me seja também perdoado, por exemplo, o revelou de não ter revelado a identificação do proprietário da téspera que publiquei (2009), como igualmente se não da epígrafe proveniente, mui possivelmente, das proximidades do castelo de Valongo (*Ficheiro Epigráfico* 173, 2018, inscrição n.º 661). *Nihil novi sub sole* – ontem como hoje!

4. A INTERPRETAÇÃO DA EPÍGRAFE

Chegados a este ponto, há que voltar ao texto, seguindo a metodologia preconizada por Aristóteles que o axioma da navalha de Ockham sintetizou: quando há várias explicações – e algumas delas complexas (como é a deveras sibilina proposta por Cardim Ribeiro, convenhamos) – o melhor mesmo é seguir a mais simples, aquela que Mommsen sugeriu e que Hübner rejeitou: o dedicante identifica-se com os *tria nomina* e a indicação do estatuto social, a fórmula final (gizada bem à maneira clássica, com o uso de *merito*, que não é frequente) não oferece problema e a identificação da divindade era por completo desnecessária, até porque a iconografia aqui presente, de Marte, era a oficial.

Justifica-se plenamente o uso de siglas e de abreviaturas, na medida em que, além de ser parco o espaço disponível, os caracteres estão gravados a ouro! Resta-nos desdobrá-las.

a) *S.* poderia ser *sacrum*, como Redentor apontou; contudo, essa palavra é, por regra, pospositiva, ou seja, antecede-a o teónimo a que se faz a consagração. Prefiro, por isso, considerar a sigla do *praenomen Sextus*, embora (quando há espaço!) se grafe *Sex*.

b) *Arqui* – e aqui também seguimos Ockham... – é o genitivo do *nomen Arquius*; genitivo a indicar ‘posse’, ‘autoria’: é o voto de Árquio!

c) *Cim*, a abreviatura ou o diminutivo de um *cognomen*.¹¹ E aqui pode levantar-se uma questão: o liberto (L. tem sido entendido por todos os investigadores, e com razão, como a sigla de *libertus*, neste caso, *liberti*) não deveria identificar o seu *patronus* mediante uma sigla? Deveria, se a regra devesse ser seguida e, no caso de ex-votos feitos por libertos, nem sempre isso acontece, porque amiúde o liberto ou o escravo pretendem associar o *patronus* ou *dominus* à sua devota atitude.¹² Isso aqui terá acontecido, o que inclusive encontra justificação no elevado valor da oferta, para que o *patronus Arquius Cimber* poderá ter contribuído – e justo seria que o nome por que habitualmente o conheciam ali viesse exarado.

d) *Saur* – abreviatura ou diminutivo – esconde o *cognomen*, o nome por que o dedicante era conhecido.

Explicitemos:

(11) Não se tem posto, de facto, a hipótese de algumas ‘abreviaturas’ não passarem de diminutivos dos respectivos antropónimos, como, em português, Tó é o diminutivo de António, São o diminutivo de Conceição... Amiúde, nos cemitérios, em mensagens mais pessoais, gravadas sobre as campas, o diminutivo substitui o nome. Esse hábito houve também na Idade Média e não vejo, portanto, inconveniente, do ponto de vista epigráfico, em que, uma ou outra vez, essa possibilidade venha a ser considerada. Coloquei-a, pela primeira vez, na análise à conhecida inscrição de Lamego CIL II 5255, epitáfio mandado lavrar pelos pais ao filho TON; perguntei-me: porque se há-de pensar que é *Tongius* ou *Tongetamus* e não o diminutivo *Ton*, pelo qual o jovem era quotidianamente tratado? (Encarnação 2018, no prelo).

(12) Temo-lo afirmado em relação a duas das epígrafes do *conventus Pacensis*, IRCP 182 e 437: na de *Salacia*, a *Isis Domina*, *M. Octavius Theophilus* associa a si a *patrona Octavia Marcella Moderatilla*; na acção de graças de *Threptus* à divindade soberana dos mananciais, *ob aquas inventas*, o seu *dominus* vem identificado também com os *tria nomina*, *C. Appuleius Silo*.

A – *Arquius*

Arquius está, na verdade, muito representado na zona ocidental da Hispânia, nomeadamente na zona da *Hispania Citerior*, em contexto pré-romano, como nome único, amiúde como patronímico (*Arqui*).¹³ José María Vallejo tece, pois, sobre ele adequadas considerações, especialmente na página 185, atribuindo-lhe filiação pré-romana.

Como *nomen*, surge em *Conimbriga: Arquia Helena* (CIL II 377). Os autores de *Fouilles II* classificam-no, baseando-se em Palomar Lapesa, como «tipicamente céltico e hispânico e característico da área luso-galega», atribuindo, portanto, a *Arquia Helena*, dado o seu *cognomen* etimologicamente grego, a categoria de liberta «d'une famille de souche lusitanienne» (p. 81).

Regista-se também em San Esteban de Gormaz (Soria), como gentilício de um cidadão inscrito na tribo Galéria; comentário: «El empleo de *Arquius* como gentilicio no es habitual» (HEp 6 1996 n° 896).

Em Puente de Domingo Flórez (León), *P(ublius) Arquius Clemens Gigurrus* venera a divindade indígena *Consus* (HEp 1997 387).

De facto, há que convir que este antropónimo só se documentou até ao momento na epigrafia hispânica. Apesar de não ter passado despercebido a Wilhelm Schulze, que o incluiu entre os antropónimos latinos (1966, p. 126), o certo é que o antropónimo *Arquius* não se encontra registado nos habituais dicionários de Latim. Tal constitui, por conseguinte, forte argumento para contestar a possibilidade de a pátera não ser originária da *Hispania Citerior*. Cumpre, todavia, anotar que há bastantes testemunhos de antropónimos latinos que os indígenas hispânicos incorporaram no seu léxico, utilizando-os como nomes únicos, ou porque lhes soava bem ou porque o seu significado se prendia com uma realidade concreta. E poderá aduzir-se, a esse propósito, que se tem aproximado *Arquius* do adjetivo grego ἀρκειος, variante de ἀρκτειος «de oso, osuno» (Vallejo, p. 185), relacionável, portanto, com o urso. Também não é de se menosprezar o facto de se haver registado, pelo menos duas vezes, a sua utilização como gentilício em contexto urbano; o caso de *Arquia Helena*, de Conímbriga, afigura-se-me, nesse sentido, deveras sintomático.

B – *Cim*

Entre os *cognomina* constantes do livro clássico de Kajanto, só há dois iniciados pela sílaba *Cim*: *Cimina* (p. 190), apresentado como relacionável com o *Mons Ciminus* e a *Via Ciminia* e de que apenas se conhece um testemunho, como *cognomen* de uma menina, filha de um *Cornelius* (Roma, CIL VI 34 100), e *Cimber*, que encontrou, no conjunto do CIL, a identificar 15 homens e 8 escravos e/ou libertos (p. 201). No período republicano, foi o *cognomen* do pretor, em 44 a. C., *T. Annius*

(13) Cf., a título de exemplo, Tranoy 1981, p. 269, notas 21 e 22. Um *Arquius Cantabr(i)* dedicou, em *Bracara Augusta*, altares às divindades indígenas *Senaico* e *Ambiorebi* (AE 1973 307 e 308, respectivamente). Em Trujillo: *Mailo Arqui f(ilius)* (Esteban 2012, n° 798).

Cimber. O vocábulo identifica também, como se sabe, uma ‘tribo’ germânica, a dos Cimbros. Na base de dados de Clauss contam-se cerca de 20 exemplos do uso deste *cognomen* entre a população de Roma; em Pompeia, pelo menos três grafitos referem *Cimber* (CIL IV 8070, 8079 e 10 082).

C – *Saur*

Abreviatura ou diminutivo, há que procurar que antropónimo se ‘esconde’ por detrás desta sílaba. Sendo o *cognomen* de um liberto, o mais provável – continuo adepto do axioma da navalha de Ockham... – é que estejamos perante um antropónimo etimologicamente grego, aquele por que o liberto era designado em escravidão. E esse nome já Carlos Alberto Ferreira de Almeida o indicara: é *Saurus*.

Vem do grego Σαῦρος, nome de um peixe, a cavala, por sinal, um dos mais utilizados, pela sua abundância, para o fabrico de *garum*. Solin (p. 1068), refere mesmo um indivíduo identificado em Roma com a grafia grega: Κλαύδιος Σαῦρος.

Não se trata, porém, de antropónimo corrente, havendo exemplos do seu uso no Nórico, em contexto que, pela formulação, chamaríamos de indígena: *Saurus Atvorti filius*, num rochedo da Áustria setentrional (AE 1953, 122); *Caballo Sauri fi(lius)* (CIL III 11 740); *Saurus Dunosedi f(ilius)* (EDCS 73200065). CIL V 6268 regista o feminino: *Saura inl(ustris) f(emina)* numa epígrafe de Milão, datada do ano 418. Também existem os seus derivados: o *nomen Saurius*, o *cognomen Saurio*; *Saurea* é o nome de uma das personagens da *Asinaria* de Plauto. Em marca de um *catinus* de Roma, achado na necrópole Esquilina (CIL XV 6172) lê-se SAVR, estando AVR em nexo.

5. CONCLUSÃO

Face ao que fica escrito, a interpretação mais plausível do texto que rodeia a imagem de Marte – e é mesmo a imagem do Marte clássico, sem qualquer ‘contaminação’ ou *interpretatio* indígena, à semelhança do *Mars Ultor!* – será a seguinte:

S(*exti*) · ARQVI(*i*) · CIM(*bri*) · L(*iberti*) · SAVR(*i*) · V(*otum*) · S(*olvit*) · L(*ibens*) · M(*erito*)

De Sexto Árquio Sauro, liberto de Cimbro. Cumpriu de boamente o voto ao mérito.

Ex-voto precioso, a ser integrado, naturalmente, no ‘tesouro’ do santuário onde Marte fosse adorado.

Cascais, 30 de Agosto de 2018

BIBLIOGRAFIA

- AE = *L'Année Épigraphique*.
- ALMEIDA (Carlos Alberto Ferreira de), *Romanização das Terras da Maia*, Câmara Municipal da Maia, 1969.
- ARISTÓTELES, *Organon – IV – Analíticos Posteriores*, Guimarães Editores, Lda., Lisboa, 1987. Tradução e notas de Pinharanda Gomes. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/organon-iv-trad-pinharanda-gomes.pdf> – endereço acedido a 25-08-2018.
- BLÁZQUEZ MARTÍNEZ (José María), *Diccionario des las Religiones Prerromanas de Hispania*, Madrid, 1975.
- CAETANO (Teresa), «Contributo do rei D. Fernando II (1816-1885) para a Arqueologia portuguesa – Mecenato régio e associativismo patrimonial», *Almadan On line* 21, tomo 2, Janeiro 2017, p. 54-62.
- CANTO (Alicia), «Novidades en torno a la pátera de Marte de Alvarelhos del MNA», comunicação ainda inédita, apresentada em Junho de 2016, no Museu Nacional de Arqueologia, no congresso internacional sobre “Arte e Religião na Lusitânia”.
- CIL II = HÜBNER, E. (1869 e 1892), *Corpus Inscriptionum Latinarum – II*. Berlim.
- COSTA, António Carvalho da, *Corographia Portuguesa*, Lisboa, 1706-1712. Tomo I, 2ª edição, 1868.
- Dictionnaire* = DAREMBERG (Charles) e SAGLIO (Edmund), *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, Graz, 1969.
- DIP = ENCARNAÇÃO (José d’), *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo)*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1975; Coimbra, 2015.
- EDCS = Epigraphik Daten-bank Claus / Slaby: <http://www.manfredclauss.de/gb/>
- ENCARNAÇÃO (José d’), «Da invenção de inscrições romanas, ontem e hoje: a propósito de uma tésseira de bronze», *Revista Portuguesa de Arqueologia* 12/1 2009 127-138. <http://hdl.handle.net/10316/13556>
- ENCARNAÇÃO (José d’), «Apostilas epigráficas – 8», *Liburna* 13, Novembro 2018 (no prelo).
- ESTEBAN ORTEGA (Julio), *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. II. Turgalium*, Universidad de Extremadura, Cáceres, 2012.
- FABIÃO (Carlos), *Uma História da Arqueologia Portuguesa*, Clube do Coleccionador dos CTT, Lisboa, 2012.
- FORTES JÚNIOR (José T. Ribeiro), *A estação archeologica d’Alvarelhos*, Porto, 1899.
- Fouilles II* = ÉTIENNE (Robert), FABRE (Georges) et LÉVÊQUE (Pierre et Monique), *Fouilles de Conimbriga, II – Épigraphie et Sculpture*. Paris, 1976.
- GOMES, Raquel de Morais Soutelo, *Interação cultural e interpretatio na epigrafia votiva: O caso da fachada ocidental do conuentus Bracaraugustanus*. Dissertação de mestrado, Julho de 2015, Universidade do Minho.
- GOMES (Raquel de Morais Soutelo), «O culto ao Marte romano-indígena no Ocidente brácaro: a epigrafia no auxílio dos estudos dos contatos religiosos em período romano», in BORGES, Airan dos Santos e GOMES, Raquel de Morais Soutelo [org.], *Escrito para a Eternidade (A Epigrafia e os Estudos da Antiguidade)*, Appris Editora, Curitiba, 2018, p. 247-277.

- GRAÇA (Manuel de Sampayo Pimentel Azevedo), «Domingos de Oliveira Maya, percurso de um riscador amador ou da responsabilidade técnica no Porto de meados de Oitocentos», in FERREIRA-ALVES (Natália Marinho) [coord.], *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, CEPESE, Porto, 2007, p. 321-330.
- HEp = *Hispania Epigraphica*, Universidade Complutense de Madrid. Indica-se o número, a data da publicação e o número da inscrição. Existe uma versão *on line* HEpOL: <http://eda-bea.es/>
- HÜBNER (Emílio), *Noticias Archeologicas de Portugal*, Lisboa, 1871. É tradução do relatório apresentado à Academia das Ciências de Berlim em 1861.
- ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona, 1971 e 1972.
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis Coimbra*, 2013: <http://hdl.handle.net/10316/578>.
- KAJANTO (Iiro), *The Latin Cognomina*, Roma, 1982 (reimp.).
- MOREIRA (Álvaro B.), «Epigrafia romana no concelho de Santo Tirso», *Santo Tirso Arqueológico* 2 1992 15-33.
- QUEIRÓS (Francisco Alberto Fortunato), «Carta de D. Pedro II, Imperador do Brasil, ao Rei D. Fernando II». *Revista da Faculdade de Letras – História*, II série, vol. II, 1985, Porto, p. 217-234. Acessível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1951.pdf>
- REDENTOR (Armando), *A Cultura Epigráfica no Conventus Bracaraugustanus (Pars Occidentalis) – Percursos pela Sociedade Brácara da Época Romana*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, Julho de 2017.
- RIBEIRO (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa, 2002.
- ROSA (Gonçalo Pereira), «A taça que esteve um século “perdida”», <https://nationalgeographic.sapo.pt/historia/actualidade/1806-a-taca-que-esteve-um-seculo-perdida> (acedido a 25-08-2018)
- SCHULZE (Wilhelm), *Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*. Berlim, 1966.
- SILVA (Armando Coelho F. da), «Organizações gentilícias entre Leça e Ave», *Portvgalia*, nova série, I, 1980, p. 79-90.
- SOBER (Elliott), *Ockham's Razors*, Cambridge University Press, 2015.
- SOLIN (Heikki), *Die griechischen Personennamen in Rom. Ein Namenbuch*, 1, Berlin-Nova Iorque, 1982.
- TRANOY (Alain), *La Galice romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité* (Centre Pierre Paris, 7), Paris, 1981.
- VALLEJO RUIZ (José María), *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz, 2005.
- VASCONCELOS (José Leite de), *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, 2.º vol., 1905.